

ALUNO, PROFESSOR E PATRONO NO CINQUENTENÁRIO DA UNIVERSIDADE

Prof. Oscar Martins Gomes

Catedrático de Direito Internacional Privado

Decorridos os primeiros anos de infância, ao despertar para a vida, no comêço dêste século, deparou-se-me Curitiba, minha cidade natal, com uma fisionomia que atualmente encaro como de transição entre seu primitivismo e sua posterior escalada progressiva.

Tornei-me assim testemunha ocular de sua marcha evolutiva, cujos marcos assinaladores podem ser constituídos pelos índices de sua população de 30.000 habitantes de então, e 500.000 aproximadamente, de hoje.

E êsse aspecto urbano era também o das demais cidades do Paraná, estacionárias as do litoral, após algum esplendor antigo, ou de lento avanço as do interior, refletindo, em geral, as deficientes condições econômicas do Estado, assentadas na exploração da erva-mate, da pecuária e, mais tarde, do pinheiro.

A estrada de ferro entre a marinha e a Capital e, depois, recortando o Estado em várias direções, desempenhou a função de artéria mestra para o geral desenvolvimento.

As duas grandes guerras mundiais, passado o horror das desgraças por elas trazidas, propiciaram indiretamente o progresso, com a imigração, a inversão de capitais e as atividades da indústria.

E registrou-se o fenômeno do café, velho florão imperial, merecedor de honrarias já no escudo da Independência, propulsor do tráfico africano, das ferrovias, dos núcleos humanos, dos monumentos de alvenaria, drenador de braços para o trabalho, povoador, civilizador. E o café, criador de grandezas, trouxe também ao Paraná, nestes últimos trinta anos, valioso contributo de riquezas e de realizações. O surto cafeeiro, limitado às regiões paranaenses do noroeste e do oeste, com o pipocar de cidades já de início vivificadas por altos

níveis de civilização, estendeu seu poderio a todo o Estado e transformou de maneira impressionante a fisionomia urbanística de Curitiba.

Mas, esta rápida rememoração, ferindo apenas alguns pontos dessa caminhada de meio século, não comporta digressões sociológicas.

Esboçado assim o panorama ascensional da terra e do homem, é de salientar que sómente a audácia idealista e empreendedora de espíritos dotados dos predicados de iniciativa e pioneirismo, como, entre outros, Vtor do Amaral e Nilo Cairo, teriam vislumbrado, com uma intuição já tão elogiada, a possibilidade da instalação duma universidade em Curitiba, quando as maiores metrópoles brasileiras não possuíam nenhuma.

Se a semente que Rocha Pombo lançara vinte anos antes não germinou por falta de adubação suficiente, esta pouco teria melhorado em 1912. Mas, a tenacidade dos fundadores supriu as deficiências. Professores aliciados entre os profissionais aqui residentes e diplomados nas escolas superiores de outras cidades, construção desde logo do edifício masculino, mobiliário, laboratórios, bibliotecas — eis o conjunto vivo da concretização do plano monumental.

Curitiba então, afora as escolas primárias, só possuía curso secundário, ministrado no Ginásio Paranaense, com turmas anuais de uma dezena de graduandos, mais ou menos. A mocidade que fazia barulho, promovia comícios, passeatas, festas e excursões, era a juventude ginásial, com seu órgão social — o Centro Estudantil Paranaense, cuja presidência exerci nessa época. Os mestres mais prestigiosos eram Dario Vellozo, Emiliano Perneta, Azevedo Macedo, Alvaro Jorge, Cônego Braga, Euzebio Mota, Lysimaco Costa, Sebastião Paraná e alguns mais, todos professores do Ginásio, que ministram não só o ensino das matérias próprias da cadeira de cada um, como incutiam nos adolescentes idéias filosóficas, orientação cívica e regras de conduta moral.

Fundada a Universidade em 19 de dezembro de 1912, justamente há cinquenta anos, os aspirantes a um curso superior que sentiam dificuldades em ir estudar no Rio de Janeiro ou em São Paulo e reuniam condições de preparo para a matrícula, acorreram às inscrições abertas no início do ano de 1913 para os cursos então instalados de Ciências Jurídicas e Sociais, Engenharia, Farmácia, Odontologia, Obstetrícia e Comércio. O curso de Medicina começou a funcionar em 1914 e mais tarde outros foram agregados aos já existentes.

No curso jurídico eramos 29 os matriculados no primeiro ano, iniciado no comêço de 1913, número êsse depois desfalcado por circunstâncias várias.

A Universidade fundou-se beneficiando-se do regime livre, de-

soficializado, que fôra instituído pela lei orgânica de 1911. Mas, no Governo Wenceslau Braz, sobrevindo em 1915 outra lei do ensino, que o oficializou novamente, aqueles cursos passaram em 1918 a constituir três Faculdades, a de Direito, a de Engenharia e a de Medicina, que, sendo particulares, foram conseguindo, anos decorridos e com muita luta, o reconhecimento oficial pelo Governo Federal. A primeira reconhecida foi a Faculdade de Direito, em 1920.

Mas, a cúpula estruturada no primeiro edifício construído, encimando a designação "Universidade do Paraná", continuou simbolicamente a manter a inicial idéia da unidade, sob o mesmo espírito orientador, na expectativa apenas de nova oportunidade para efetivação definitiva da primitiva obra de conjunto.

E tal aconteceu em 1946, quando em virtude de lei federal as Faculdades existentes foram reunificadas na Universidade do Paraná, como instituição livre equiparada, sob a mesma direção do primitivo Diretor Victor do Amaral, nessa ocasião intitulado Reitor, a quem sucedeu, no biênio 1948-49, o segundo Reitor professor Macedo Filho, de intensa e benéfica atuação nesse curto período, para, em consequência de seu falecimento, ser sucedido pelo professor Flávio Suplicy de Lacerda. Coube ao terceiro Reitor, nesses quatorze anos de sua benemérita gestão, até agora promover desde logo a federalização da Universidade, afinal conseguida pela lei federal do ensino superior em geral, de 4 de dezembro de 1950, sendo esse seu regime atual. E outras, muitas outras realizações assinalam o período áureo da gestão do terceiro Reitor, bastando mencionar o Hospital de Clínicas, o Centro Politécnico, a Universidade Volante os edifícios da Reitoria, com seu Auditório de frequentes realizações artísticas e culturais, da Faculdade de Filosofia, da de Ciências Econômicas etc.

Nesta modesta contribuição à gloriosa efeméride, quero ferir algumas particularidades, mais de meu conhecimento, justificando meu testemunho.

As circunstâncias da vida ocasionaram certa dispersão naqueles aspirantes ao bacharelado de direito que haviam depositado sua confiança no êxito da incipiente Universidade.

Dos matriculados inicialmente, apenas a metade chegou a colar gráu na própria Universidade, em dezembro de 1917. Eu, já bacharelando, depois de cursar os anos do primeiro ao quarto inteiramente transferi residência para o Rio de Janeiro, em abril de 1917. O mesmo fizeram, em iguais condições, nessa época, Tasso da Silveira, Andrade Muricy e Abel Assumpção.

Na Capital Federal, nós e outros, entre os quais Leonidas de Loyola, fomos levados, consoante recente dispositivo legal permissivo, a revalidar as matérias do quarto ano do curso na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais, equiparada às oficiais e cujo 5.o ano fre-

quentámos, para nos diplomarmos a seguir, em 1918. E até colámos gráu juntos, os quatro mencionados colegas e eu, que tomei para paraninfo meu particular amigo dr. Arthur Obino, um dos fundadores da Universidade e seu máximo defensor junto aos órgãos superiores de ensino para o reconhecimento das três Faculdades em que ela se desdobrara.

Por influência dêsse amigo, que era oficial de gabinete do dr. Carlos Maximiliano, então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, entre os quais os de ensino superior, tanto que fôra o autor da nova lei de 1915, que oficializou outra vez o ensino, obtive a nomeação interina de terceiro oficial da Secretaria do Ministério. E, embora datilógrafo dedilhando as teclas com os dois indicadores apenas, como até hoje, fui mandado servir no Gabinete, onde me deram a incumbência de, com outro funcionário (Cintra), passar a máquina, a fim de ser enviada à impressão tipográfica, a notável obra "Comentários à Constituição Brasileira", de autoria de Carlos Maximiliano, que depois foi Ministro do Supremo Tribunal e publicou outros magníficos livros, como "Hermenêutica e Aplicação do Direito" e "Direito das Sucessões".

Com essa referência, tenho em mira relatar interessante episódio. Certo dia, deu-me o dr. Maximiliano, escrita por êle, em sua letra redonda e uniforme, uma emenda a ser encaixada no orçamento da despesa geral da União para o exercício de 1918, em processo de votação no Congresso Nacional em fins de 1917, permitindo que, até junho de 1918, os alunos das faculdades livres julgadas idôneas pelo Ministro do Interior transferissem matrícula para as oficiais ou equiparadas, desde que renovassem, com aprovação, os exames das matérias do último ano que houvessem cursado, com boas notas, no instituto particular.

Lembra-me que, nas escolas oficiais ou equiparadas eram aceitas, em virtude de autorização ministerial, como prova dos exames prestados das matérias do último ano, até simples notícias publicadas á sua época pelos jornais, como cautela contra a possibilidade de serem negadas certidões comprobatórias dos mesmos, pelas escolas particulares.

E, entregando-me a emenda manuscrita para datilografá-la, observou-me: "Isso liquidará com essas Faculdades novas sem condições de sobrevivência".

Pensei na Universidade do Paraná e assaltou-me o pressentimento de que tal prognóstico desfavorável não poderia estender-se aos seus cursos, estivessem ou não na intenção do Ministro. Mas, como tantos outros interessados, aproveitei em seguida a possibilidade de revalidação do curriculo quase concluído, para obtenção do título oficial de bacharel em direito, como já disse, porque a tal emenda passou a constituir lei.

Na Faculdade dirigida pelo Conde de Afonso Celso, onde pontificavam eminentes professores, nós do Paraná, bem assim os alunos provenientes de outras escolas do país, somando todos algumas dezenas, fomos recebidos com prevenção pelos estudantes, a ponto de, no fim do ano, havermos figurado num quadro à parte de formatura. Tasso da Silveira, franco e impetuoso, na malquerença estabelecida entre veteranos e adventícios, chegou a desafiar alguns bacharelados para um cotejo de conhecimentos jurídicos em público. A resposta foi a chacota irreverente, desculpável nos moços, ainda mais quando alimentam presunção de superioridade.

Anos decorreram. Carlos Maximiliano, Ministro do Supremo, veio a Curitiba em 1938 e realizou conferência na nossa Faculdade de Direito, manifestando entusiasmo diante das realizações já consolidadas. Recordei-lhe o episódio da emenda de intenções trucidantes, e êle redarguiu-me: "Pelo visto vocês tinham condições de sobrevivência!".

Dos colegas da primeira turma, relembo os já desaparecidos: Leonidas de Loyola, Luiz Gonzaga de Quadros, Hugo Antonio de Barros, Samuel Cesar de Oliveira, J. T. Gomy Junior, Generoso Borges de Macedo, Manoel Pereira de Macedo e João Soares Barcelos, êste componente da primeira Diretoria de fundadores, todos êles com atividades na advocacia, onde alguns lograram grande destaque; o desembargador por muitos anos do nosso Tribunal de Justiça Antonio Leopoldo dos Santos Filho e o juiz de primeira instância, inclusive da Capital, função em que morreu, Lauro Nery do Canto.

Dos vivos ainda, cito: Oscar J. De Placido e Silva, primeiro aluno matriculado na Universidade, autor de conceituadas obras jurídicas e que exerceu interinamente, durante anos, a cadeira de Direito Commercial da Faculdade; Gastão da Costa Faria, advogado; Aristoxenes C. de Bittencourt, desembargador aposentado do mesmo Tribunal e Oscar Borges de Macedo, advogado, relação em que acrescento o meu nome, todos nós residentes em Curitiba. E vivendo no Rio de Janeiro até agora: Andrade Muricy e Tasso da Silveira, que, como escritores, granjearam apreciável nomeada nacional; Abel Assunção, advogado, e Isaura Sidney Gasparini, professora federal aposentada.

Quanto a mim, depois de ministrar na Faculdade de Direito, interinamente, a partir de março de 1945, Direito Internacional Privado, tornei-me, em virtude de concurso efetuado em setembro de 1948, professor catedrático dessa matéria, que ali venho lecionando seguidamente, até hoje, e sobre a qual publiquei um livro em 1956, edição da Livraria Saraiva (São Paulo), já esgotada, sob o título de "Leis e Normas de Direito Internacional Privado" (700 pág.) Assim, tendo-a frequentado como aluno a partir do comêço do ano de 1913 até fim do de 1916, vim a ser o único dos participantes da primeira turma da Faculdade de Direito provido em cátedra vitalícia, na qual deverei jubilar-me no próximo ano.

Distinguiu-me com o paraninfado a turma de bacharelandos de 1959, a qual a Clovis Bevilaqua, que também lhe dera o nome, como parte das celebrações nacionais do centenário dêsse saudoso jurisconsulto.

E agora sou o patrono da turma de bacharelandos do cinquentenário da mesma Faculdade, insignia desvanecedora que a simpatia generosa de seus brilhantes e nobres componentes me concede, quase no término de minha atividade professoral, completando igualmente um cinquentenário de iniciação no estudo do direito, para o exercício da advocacia e do magistério superior.

Em trajetória para o alto, o espírito universitário difundiu-se por todo o Brasil, a par de outros marcantes índices de seu progresso. Conta o país atualmente 32 universidades, entre federais e equiparadas. No Forum dos Reitores, que se reune periodicamente, como aconteceu em novembro último em Curitiba, tem-se impôsto a voz prestigiosa do Reitor da Universidade do Paraná, já aclamando o líder dos Reitores, na reunião anterior, em Brasília.

Na marcha evolutiva do Paraná em todos os sentidos, assinala-se a formação de outras faculdades superiores, visando algumas à constituição de novas Universidades (a Católica em Curitiba e as estaduais de Londrina e Ponta Grossa).

Marcante se apresenta, pois, a evolução cultural nos rumos apontados, abrangendo departamentos, institutos e centros de altas pesquisas.

E mais merecedor de exaltação se mostra portanto, empreendimento dos pioneiros do Paraná, justificando esta página de homenagem e agradecimento do aluno, de professor, do patrono.